



Relatório de visita a estabelecimento prisional

Unidade: Centro de Detenção Provisória de Praia Grande

Data: 25/07/2013

Horário: 10:20 às 13:00h.

Diretor: Edson Thomaz da Silva de Lima – Diretor Técnico III

Descrição da metodologia: Foram ao estabelecimento os Defensores Públicos Thiago de Luna Cury e Simone Lavelle Godoy de Oliveira, além do estagiário de direito da Defensoria Pública Carlos Eduardo Gomes Ribeiro. Considerando a mudança na Direção, foi realizada entrevista com o novo diretor do estabelecimento, a fim buscar informações de assuntos relevantes, especialmente, a respeito do cumprimento da decisão liminar em ação civil pública proposta pela Defensoria Pública visando o fornecimento ininterrupto de água. A conversa abordou, assim, os seguintes temas: 1) fornecimento de água; 2) superlotação; 3) procedimento nas visitas; 4) quadro de funcionários; 5) demora na confecção de Boletim Informativo; 6) atendimentos médicos; 7) saídas temporárias para presos em regime semiaberto.

Fornecimento de água: O Diretor do estabelecimento admitiu que não há cumprimento, na integralidade, da ordem concedida liminarmente pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública de Praia Grande. Afirmou que ampliou os horários de fornecimento – deu um ganho de 40 minutos por dia, mas que, se o registro permanecer aberto ininterruptamente, a caixa se esvaziará em poucos minutos. Segundo ele, se o registro permanecer aberto por 40 minutos, o nível da água irá ser zero. Em sua opinião, o problema apenas será resolvido com aumento da tubulação para 4 polegadas, bem como com outras reformas, evitando-se o vazamento que, certamente, ocorre antes da água ser entregue nas celas. Aliás, pontuou que a conta de água, mesmo com racionamento, é elevada. Paralelamente, a fim de amenizar a situação, informou que foi adquirida nova caixa de água, ainda não instalada em razão das constantes chuvas, uma vez que é necessário firmar o concreto antes do procedimento de instalação. Há necessidade, ainda, de uma tampa da caixa de água, que será comprada com a verba de adiantamento, ainda não liberada em virtude da mudança de Direção (o Banco ainda não modificou a titularidade da conta). Apesar da duplicação pela nova caixa, permanecerá a



pouca pressão de água, típica do local. Para resolver a questão, a SABESP prontificou-se a trocar o ramal, porém, para isso, é necessária uma nova obra de instalação de cavalete, de responsabilidade da SAP. O processo administrativo referente à troca do ramal foi avocado pela coordenação, conforme encaminhamento de 2 de julho. Ainda no que tange ao fornecimento de água, o Diretor nos informou a respeito do "Projeto Pura", uma parceria da SABESP com a SAP, com abrangência, em 13 unidades do Estado, a fim de que haja redução na conta de água e a consequente concessão de descontos a cada patamar de economia. Tais descontos podem chegar a 25% dependendo do nível de economia atingido pela Unidade. Para que o programa possa ser implantado, a SABESP deverá fazer uma análise dos problemas relativos ao consumo, propondo mudanças e avaliando o efetivo gasto de água na Unidade. Por fim, forneceu a previsão de 30 a 40 dias para que os problemas de fornecimento de água possam ser parcialmente resolvidos, incluindo, nessa previsão, até mesmo a troca do cavalete. Apesar disso, não tem previsão para a data em que haverá efetivo fornecimento. Constata-se que com a instalação na nova caixa, a capacidade duplicará para 40.000 litros.

Lotação do estabelecimento: Conforme informações da direção da unidade, a capacidade total do estabelecimento é de 512 presos, sendo que, atualmente, há 1657 presos no local. Em relação aos presos com regime semiaberto deferido, informou sobre a transferência do total deles - 9 - no dia 29/07/13, o que se confirmou, segundo informações obtidas pela Defensoria Pública. Informamos ao Diretor que as transferências estão demorando muito, o que não se a tolera, e que a demora fará com que haja (como efetivamente ocorreu) a impetração de habeas corpus.

Procedimento nas visitas: Informamos das recorrentes reclamações por parte dos familiares sobre a ausência de identificação dos funcionários, especialmente, daqueles que participam do procedimento de revista, e que o serviço público impõe a necessidade de identificação do servidor. O Diretor alegou que no pouco tempo em que assumiu a direção no CDP notou não haver costume dos funcionários usarem identificação, mas que, se houver problema, os familiares podem lhe procurar e dar a descrição do funcionário. Explicamos que isso não é salutar, sobretudo, pelo receio dos familiares de represálias, e que o correto é a identificação. Prontificou-se em tentar modificar a forma de identificação dos funcionários.

Quadro de Funcionários: O diretor da unidade apontou que, atualmente, possui um quadro de 150 vagas de agentes penitenciários, mas que, desse



total, apenas 116 estavam preenchidas, e, dentre elas, vários agentes estariam em licença ou com afastamentos. Mostrou a lista de pessoas afastadas, e mencionou a dificuldade que tem de trabalhar com pouco pessoal.

Demora na confecção de Boletins Informativos: Em decorrência da ausência de funcionários, entramos no assunto dos BI's, eis que é visível o atraso na confecção do documento, o que prejudica a análise dos pedidos de benefícios. O Diretor demonstrou desconhecer a aludida demora, mas se prontificou a verificar o porquê dela junto à responsável pelo CIMIC que estava de férias, quando do seu retorno. Enfatizou, mais uma vez, que é complicado dar conta de todas as tarefas com o quadro de funcionários tão reduzidos, ainda mais que se trata de Unidade provisória, com constante circulação de presos, entradas e saídas.

Atendimentos Médicos: A respeito da obra da enfermaria, cujo prazo de entrega já ocorreu, informou que a reforma é feita no âmbito da Secretaria da Saúde, e não da SAP, e que a metodologia acaba propiciando a demora em sua conclusão. Explicou que a empresa responsável faz parte das obras, e, apenas após a aprovação por parte da Secretaria, recebe o pagamento parcial e inicia novas etapas. Assim, a obra se torna demasiadamente lenta e já está fora do prazo, eis que o novo prazo de término era 26 de julho. Em relação ao atendimento médico, dentro do CDP, informou que a vaga do psiquiatra não pode ser preenchida, porque ainda não terminou o processo de abandono de emprego do antigo ocupante. Aduziu a necessidade de tal profissional, uma vez que há, aproximadamente, 55 presos que tomam remédios controlados. Alegou, ainda, que a Municipalidade de Praia Grande se recusa a atender os presos da SAP e os demais Municípios se recusam a atender munícipes que não sejam os seus. Desta forma, as consultas médicas são marcadas pelo sistema da própria SAP e vem demorando, demasiadamente, para ocorrer. Questionamos a respeito de caso específico a respeito do qual o CDP já havia sido oficiado pela Defensoria Pública naquela semana, e foi nos informado que aguardavam agendamento de consulta, sendo disponibilizada a cópia de tais requerimentos (a consulta acabou realizada na terça-feira seguinte, após a Defensoria informar que iria ingressar com ação de obrigação de fazer em face do Estado).

Saídas temporárias de presos em regime semiaberto: Considerando a informação de que os presos seriam transferidos ainda no mês de julho, restou prejudicada a conversa, uma vez que as tratativas deveriam se dar junto ao CPP de Mongaguá e aquele Juízo. Contudo, já expusemos o



entendimento de que o estabelecimento deve se preparar para possibilitar a saída daqueles que preenchem os requisitos, em se tratando de preso que cumpre pena em regime semiaberto.

Diversos: Informou que teve início processo licitatório para aquisição de televisores para a Unidade.

Em razão da natureza da visita e de compromissos no período da tarde, não foi possível a conversa reservada com nenhum dos presos, a qual ficou adiada para a próxima visita, que se espera seja realizada neste mês de agosto.

Será enviado ofício ao Diretor para formalizar as respostas obtidas, a fim de que explique, formalmente, as obras que vêm sendo realizadas no CDP para correção dos problemas com a água.

A questão da saúde permanece sendo monitorada pela Defensoria Pública, Unidade Praia Grande, que pretende, em breve, entrar em contato com a Municipalidade para averiguar a questão do não atendimento aos presos.

Será expedido ofício de recomendação para o uso de identificação pelos funcionários, considerando a recorrente reclamação dos familiares a respeito de abusos e maus tratos durante as visitas, bem como a respeito dos boletins informativos.

Praia Grande, 5 de agosto de 2013

Simone Lavelle G. de Oliveira
Defensora Pública

Thiago de Luna Cury
Defensor Público